

SEGUNDA CARTA ABERTA À COMUNIDADE DA UERJ

*Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso. Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso, eu também não era operário.
Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso porque eu não sou miserável.
Depois agarraram uns desempregados, mas, como tenho meu emprego, também não me importei.
Agora estão me levando. Mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo.*
Adaptado do poema *É PRECISO AGIR*, de Bertold Brecht

Colegas estudantes, servidoras e servidores de toda Uerj,

Venho lhes falar de uma grande injustiça, cometida contra mais de 5000 homens e mulheres que dedicaram décadas das suas vidas à UERJ e foram esquecidos, pela atual gestão, na concessão do Auxílio Saúde. Saúde, Previdência e Assistência são condições indissociáveis do estado de bem estar social, que é o pacto republicano de respeito e humanidade dirigido ao próximo como à coletividade, ao hoje como ao amanhã.

Constantemente, em rodas de conversa pela UERJ, venho destacando que devemos olhar não somente para os próximos quatro anos, mas para a instituição que queremos nos próximos vinte anos.

Se a gestão atual está de costas para o nosso passado, e se o nosso presente precisa ser, urgentemente, libertado das desigualdades, já temos aí dois motivos para que nossa visão de futuro seja menos imediatista e mais sustentável. O Estado democrático e suas instituições não avançam se as pessoas são deixadas à própria sorte.

O Auxílio Saúde não trouxe a solução para tudo, mas é muito, muito, muito bem vindo. E necessário. Mas se é inegável que para todos nós, na ativa, o benefício é valioso, para quem se aposentou é

verdadeiramente precioso: eles e elas dependem ainda mais da previdência e da assistência médica e, em termos de carreira, perderam vantagens que faziam parte da remuneração na ativa.

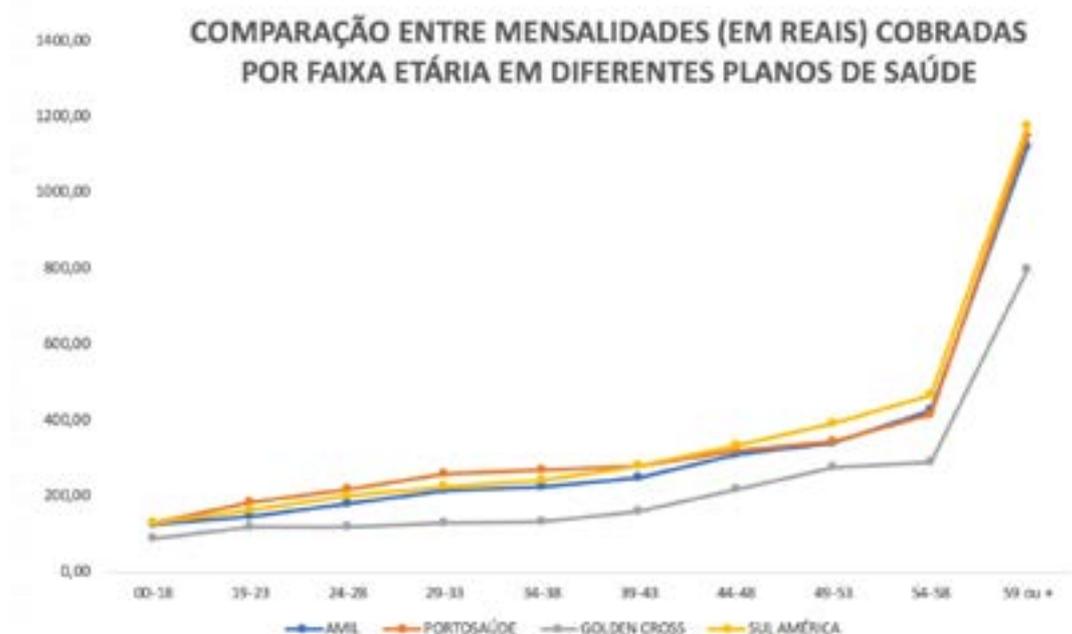
Para ilustrar essas disparidades de efeito cumulativo, seguem abaixo dados de 2023 sobre valores da saúde suplementar que demonstram a triste realidade de um aumento médio de 165% no valor dos planos de saúde já a partir dos 59 anos de idade.

NEM NEM, SEM SEM

Juntamente com a questão financeira, estrutural, o que mais diferencia este contingente de milhares de pessoas? Todas deixaram de ser eleitoras da UERJ.

Essa equação mostra que a situação daqueles deixados de lado é ainda mais precarizada, e a da atual administração central ainda menos defensável, porque essas pessoas perderam uma importante arma para defender seus direitos na UERJ.

Se no dia a dia falamos de forma preocupante sobre a juventude “NEM NEM” (nem estuda e nem trabalha), na UERJ temos os aposentados “SEM SEM”: SEM D.E., SEM PCC, SEM AUXÍLIO.



COMPARAÇÃO DOS VALORES MÉDIOS DE MENSALIDADES (EM REAIS) ENTRE OS PLANOS DE SAÚDE AVALIADOS POR FAIXA ETÁRIA



Precisamos de reparação. E de respostas. Em que contexto surge a proposta do auxílio? Como e quais os motivos para que somente agora tenha sido efetivado? E por que dessa maneira? Quais os desdobramentos da cisão na concessão de benefícios para a nossa comunidade?

A MOTIVAÇÃO E O MOMENTO EM QUE A IDEIA FOI LANÇADA

Entre 12 de janeiro e 25 de março de 2022, foram lançados nada menos que 11 AEDAs (Fonte: [Legislação interna disponível no catálogo da Rede Sirius](#)) tratando de benefícios, sempre na modalidade auxílio, entre eles o Auxílio Saúde (AEDA 25). Depois de tantas perdas antes e depois da pandemia, nossa comunidade mergulhou numa onda de esperanças. E a reitoria, em prestígio.

Todos acreditamos. A UERJ parecia unida sob um escudo de benefícios divididos entre as categorias. Pareceu justo e natural, pois há necessidades diversas. Na prática, porém, cada uma teve de discutir a sua, sacrificando a perspectiva do todo. Naquele momento, o fato de o Auxílio Saúde ser destinado apenas a ativos, se perdeu no meio de outras discussões “específicas”.

Cinco dias depois, Ricardo Lodi lançava sua candidatura a deputado federal, deixando para trás o cargo para que o vice-reitor assumisse, um fato jamais ocorrido na história de nossa universidade (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 31/03/2022).

Dentro de cada categoria, o entusiasmo do coletivo murchou em silêncio. Nada impediu que passássemos o restante de 2022 e o primeiro semestre de 2023 sem qualquer informação sobre os AEDAs 025 e 027.

Sintomaticamente, o marasmo da gestão foi interrompido apenas por uma lista interminável de escândalos. A alardeada boa relação com a Secti não facilitou a vida dos servidores, nem antes, nem depois de reeleito o governador. Pouco a pouco cres-

ceu a noção de que a falta de isonomia não era fortuita, mas os motivos continuam pouco claros.

Apenas no dia 19 de junho, já neste ano, tivemos o AEDA 063/Reitoria/2023, que instituiu o auxílio transporte para os estudantes da graduação ingressantes de reserva de vagas e pela ampla concorrência, em condição de vulnerabilidade social comprovada. Mas, novamente, sem isonomia: estudantes de cursos presenciais e semipresenciais da UERJ recebem valores diferentes.

A sucessão de incoerências dá o que pensar. Anunciar tantos benefícios ao mesmo tempo sem recursos para sua viabilização torna flagrante na reitoria não só a conveniência em prometer em um dado momento, específico, como a de realizar segundo conveniências que não necessariamente são as dos beneficiários.

Se havia impedimentos do Regime de Recuperação Fiscal, qual era a real sustentabilidade dessas promessas?

O MOMENTO E A MANEIRA DE EFETIVAÇÃO

Somente em 2023, mais precisamente em junho, recebíamos a notícia de que a UENF tinha conquistado o seu Auxílio Saúde. Dias depois, em meio a Unidades Acadêmicas sem repasses financeiros (SIDES), um prosaico e inesperado anúncio, na continuação da [5ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário](#), já no final daquele mês, tentava dar conta de alcançar o que a outra instituição já tinha conseguido.

Justa e felizmente, o atual reitor atribuiu a conquista da UENF não à sua gestão, mas ao empenho do Sintuperj. Porém, para espanto de todos, agradeceu ao ex-reitor Lodi pela conquista da UERJ, mais de um ano após a publicação dos atos. Se a reitoria alegava que o impedimento para pagar o Auxílio seria o governo, como pôde a UENF ser bem sucedida?

A evolução dos fatos é curiosa, sobretudo porque, em 2022, os valores orçamentários executados (despesas pagas) no mês de junho

pela UERJ foram na ordem de R\$1.2 bilhão de reais. Já no mesmo mês do ano de 2023, estes valores caíram para R\$ 731 milhões, demonstrando uma real e preocupante queda de recursos disponibilizados. ([Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento](#)).

Se tivéssemos melhores condições e mais recursos em 2022, por que estamos executando esta ação importante apenas agora? Será que os nossos servidores não estavam precisando deste auxílio em 2022? Se houve tanto tempo para resolver, porque o acesso a um benefício de saúde continuou excludente? Como poderá ser mais sustentável agora, que há menos recursos?

Em visita à reitoria, [representantes do Sintuperj questionaram o motivo da exclusão dos aposentados](#) e receberam como resposta a existência de um entendimento no STF que proíbe a concessão de verbas indenizatórias aos aposentados, com exceção dos previstos em lei.

Desde 2016, a [súmula vinculante nº 55](#) do STF, fruto da conversão da [súmula nº 68](#), de 2003, fixou o entendimento de que benefícios de natureza indenizatória não integram a remuneração dos servidores públicos, não sendo devidos, portanto, aos inativos. Mas, aí, o incômodo é duplo: (i) a Administração Central sabia da impossibilidade jurídica para englobar inativos frente ao entendimento firmado no STF?; (ii) a Administração foi omissa em encontrar uma solução eficaz para encerrar a lacuna que eles mesmo criaram?

Outra questão surge, ainda, da própria redação do AEDA 025/REITORIA/2022, no § 1º do Art. 1o: “*Para fins do caput deste artigo, serão considerados todos os servidores técnicos-administrativos e docentes, inclusive os servidores comissionados da UERJ.*” Ao consultarmos o Quadro 126 do DATA UERJ, disponível no [link](#), é possível observar distinção entre Quadro da UERJ versus Quadro Complementar, com uma concentração quase total de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas do “Quadro Complementar” na Administração Central.

Qual a necessidade de menção destes servidores no texto do AEDA? Eles são considerados extraquadro (não



Foto da notícia de autorização do pagamento dos auxílios educação e saúde para servidores da UENF

Fonte: <https://campos24horas.com.br/noticia/como-governador-em-exercicio-bacellar-concretiza-vitoria-historica-para-servidores-da-uenf>

sendo servidores concursados da UERJ)? Se estamos contemplando com auxílios pessoas que não são servidores de carreira, qual o motivo de os servidores aposentados não terem sido contemplados na redação do ato administrativo inicial?

SOBRE COLETIVIDADE E ISONOMIA

Como 5196 mulheres e homens aposentados pelo regime estatutário na UERJ se sentem diante desta falta de paridade? Quantos, hoje mesmo, estão adiando o descanso que almejam, à espera de um novo e mais favorável do Plano de Cargos e Salários, cujas negociações erráticas, pela reitoria atual, ao longo de anos, ainda nada trouxeram de concreto? E quantos não se aposentarão pelo medo de perder ao menos este novo benefício, tão crucial nesta fase da vida?

Há alguns dias, nos emocionou a criação de um Núcleo de Envelhecimento Humano, aprovado no último conselho universitário. Foi o justo reconhecimento de um brilhante e consistente trabalho que acolhe, em nossa universidade, idosos das mais variadas origens, provendo conhecimento, socialização, bem estar e respeito.

Por outro lado, constatamos que a reitoria não consegue acompanhar esse espírito inclusivo, tão próprio da excelência uerjana: tanto na frágil origem quanto no tardio renascimento de sua “solução” de saúde, manteve excluídos aqueles que fizeram nossa história (DATA UERJ 2022, Quadro 125, disponível no [link](#)). No longo prazo, portanto, sua precariedade nos excluirá a todos.

Enquanto o Governo Federal fortalece o estado de bem estar social e valoriza os serviços públicos, implementando políticas no sentido de articular e integrar ações voltadas à melhoria da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, a reitoria segue na contramão, devedora dos compromissos que assumiu, com nossos votos, de ser transparente, participativa, inclusiva e sustentável.

Brasília lança e consolida medidas como o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS) e o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias, Exames e Consultas (PNRF), na UERJ é alarmante a visão restrita da saúde, apartada da previdência e da assistência social. Ora, fatiando o direito ao benefício e o acesso, a reitoria coloca a UERJ no centro de um verdadeiro paradoxo: não consegue tratar com isonomia a comunidade universitária nem pela lógica privada, nem pela pública.

Com o pagamento de auxílios a apenas alguns, a ideia de coletividade se alinha à da saúde privada, em que o acesso universal não existe. Como ente do SUS, o maior sistema único público e gratuito de saúde do mundo, a UERJ deveria fortalecer uma visão de acesso universal absorvendo não só servidores, mas toda sua comunidade em seu Complexo de Saúde.

ÓRGÃO	DOCENTES E SERVIDORES				TOTAL
	QUADRO UERJ		QUADRO COMPLEMENTAR		
	CC *	FG *	CC *	FG *	
Unidades Acadêmicas	81	103	2	-	186
Institutos e Núcleos	10	6	2	-	18
CEPUERJ	7	38	-	-	45
HUPE	20	97	-	-	117
PPC	-	-	-	-	-
Administração Central	270	312	72	1	655

Fonte: [Quadro 126, DATAUERJ](#).

Não se trata de reinventar a roda. Este já é um direito de todos os servidores, nos termos da Lei nº 8.112/1990, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, em seu Art. 230 versa sobre a assistência à saúde:

“Art. 230. A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.” (Redação dada pela Lei nº 11.302 de 2006)

É, sim, possível ter uma política integral de saúde e do trabalho para todos os servidores UERJ (ativos e aposentados) por meio do nosso Complexo de Saúde (DESAÚDE/Policlínica Piquet Carneiro/Hospital Universitário Pedro Ernesto/Hospital Universitário Reitor Hésio Cordeiro), com planejamento de atendimento desde a atenção primária até a alta complexidade, teleatendimento, estratificação de risco e plano de cuidado, ações de prevenção dentre outras.

Como venho defendendo, essa conversão poderia ser feita pela união de forças junto aos representantes da sociedade, no Poder Legislativo, para a aprovação do

novo PCC. Tudo isso pode e deve acontecer sem prejuízo do pagamento de auxílios, pois não se trata de criticar benefícios, e sim de combinar potências da UERJ para fortalecê-los e ampliá-los, corrigindo a inequidade.

A HORA DE RENOVAR ESTÁ CHEGANDO

O ano de 2023 é crucial. Primeiro, para refletirmos o voto de confiança que demos à atual gestão. Segundo, dos interesses existentes para apartar os aposentados da equação que poderia melhorar a sua condição de vida. Nós, servidores ativos e estudantes em atividade, precisamos votar também por aqueles que não podem mais, e avançarmos juntos, todos.

Vamos integrar, incluir, acolher, zelar, cuidar de toda a nossa comunidade, esteja na ativa ou não. O que vale é o papel que cada integrante da nossa comunidade desempenha na história de nossa instituição - e não se limita ao de eleitor, ainda que este seja crucial. Em tempo, e na medida do regimento eleitoral, poderemos aprofundar essa discussão e construir coletivamente o futuro da universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Como na primeira Carta Aberta - onde destaquei a falta de transparência e prioridades da atual reitoria no emprego de recursos vários da UERJ - compartilhei aqui números e regulação que podem nos ajudar: de um lado, expõem claramente as duras contradições a que ora estamos submetidos, mas, de outro, apontam saídas para construirmos um futuro socialmente justo e sustentável. De verdade. Vamos renovar a UERJ!

SAUDAÇÕES UERJIANAS!

Maria Isabel de Castro de Souza,
Professora Titular ODO/UERJ